



PARECER Nº 24/2024 – CGM-PMSMG - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 00000052/2024-CPL/PMSMG

OBJETO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2024-0016 PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO DEPÓSITO DE MATERIAIS DA PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

CONTRATADA: ANTONIA ALCILENE DA PAZ SILVA, CPF 694.463.002-82.

VALOR : R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais).

O Controlador Geral do Município de São Miguel do Guamá – PA, com base na Constituição Federal, artigos 31, 70 e 74 inciso IV, na Lei Federal 101 de 4 de maio de 2000, na Lei Federal 4.320/64, na Lei Federal 10.180 de 6 de fevereiro de 2001, na Lei Municipal 255 de 30 de outubro de 2013, artigo 33, incisos de I a IX, e em atendimento a determinação contida no § 1º, do art. 11 da Resolução 11.535/TCM/PA, de 01 de julho de 2014, alterada pelas Resoluções Nº 11.832/2015, Nº 29/2017 e Nº 43/2017, de 19 de dezembro de 2017, DECLARA para todos os fins de direito junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que procedeu análise integral na documentação que formam os autos do processo em epígrafe, que tem como objeto a Inexigibilidade de Licitação Nº 6/2024-0016 para locação de imóvel para o funcionamento do depósito de materiais da prefeitura, perfazendo o valor global da contratação em R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais).

Os autos foram encaminhados a esta Controladoria, para manifestação acerca dos procedimentos adotados no presente processo administrativo, constantes das fls. 01 a 73 dos autos, sendo os seguintes:

- a) Ofício Nº 104/2024 - SEMAD, solicitando abertura de procedimento para a locação do imóvel para o funcionamento do depósito de materiais da prefeitura, fls. 01 dos autos;
- b) Declaração de inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis, fls. 02 dos autos;
- c) Laudo de avaliação para locação de imóvel, destinado ao funcionamento do depósito de materiais da prefeitura de São Miguel do Guamá, fls. 03 a 10 dos autos;
- d) Documento de Formalização da Demanda, fls. 11 a 12 dos autos;
- e) Estudo Técnico Preliminar, fls. 13 a 18 dos autos;
- f) Termo de Referência, fls. 19 a 21 dos autos;
- g) Decreto Nº 16/2022 de 04 de Fevereiro de 2022-Dispõe sobre a descentralização da Administração Municipal, delegando poderes aos Secretários Municipais, fls. 22 a 24 dos autos;
- h) Termo de abertura de processo administrativo nº 00000052/2024, fls. 25 dos autos;
- i) Análise de risco, fls. 26 a 28 dos autos;
- j) Decreto nº 44/2023, de 01 de Abril de 2023, que dispõe sobre a nomeação de servidores para atuação como agentes de contratação, fls. 30 a 32 dos autos;
- k) Despacho da CPL, solicitando consulta acerca da modalidade de licitação, fl. 33 dos autos;
- l) Nota de orientação técnica jurídica nº 177/2024, fls. 34 a 39 dos autos;
- m) Solicitação de dotação orçamentária, fls. 40 dos autos;
- n) Despacho do Departamento de Planejamento Estratégico, acerca da existência de Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Administração, fls. 41 dos autos;



- o) Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, fls. 43 dos autos;
- p) Termo de Autorização, assinado pelo Secretário Municipal de Finanças, fls. 44 dos autos;
- q) Termo de Autuação, fls. 45 dos autos;
- r) Convocação para apresentação dos documentos de habilitação e juntada de documentos de habilitação da contratada, fls. 46 a 52 dos autos;
- s) Minuta de Contrato, fls. 53 a 61 dos autos;
- t) Parecer técnico, fls. 62 a 63 dos autos;
- u) Parecer Jurídico, fls. 65 a 68 dos autos;
- v) Termo de comunicação à Autoridade Competente, fls. 69 dos autos;
- x) Autorização para contratação, fls. 70 dos autos;
- y) Extrato de autorização para contratação direta, fls. 71 dos autos;
- w) Solicitação de elaboração de contrato, fls. 72 dos autos.

No tocante as formalidades legais, exigidas para a formalização da Inexigibilidade supramencionada, celebrado com ANTONIA ALCILENE DA PAZ SILVA, observa-se que a administração tomou as providências necessárias de praxe, conforme constam dos autos.

Conforme detectamos, os autos encontra-se devidamente instruído, com as razões, fundamentação legal para a escolha e locação do imóvel pertencente a ANTONIA ALCILENE DA PAZ SILVA, a justificativa do preço e a minuta do contrato, sendo tudo analisado pela assessoria jurídica que emitiu parecer favorável a contratação, com inexigibilidade de licitação fundamentada no Art. 74, inciso V da Lei Nº 14.133/21.

Verificou-se, ainda, que a locadora ANTONIA ALCILENE DA PAZ SILVA., apresentou a documentação exigida para habilitação dentro do prazo de validade, devendo a CPL atualizar aquele documento que tiver seu prazo de validade vencido antes da assinatura do contrato.

Vale frisar, de acordo com documentação acostada dos autos as fls. 41, existe dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Administração para a cobertura das despesas, conforme dispõe o art. 72, inciso IV da Lei 14.133/21, razão pela qual o processo seguirá o seu curso normal para ratificação da inexigibilidade de licitação pela autoridade competente e assinatura do contrato pelas partes, devendo esses atos serem publicados na imprensa oficial, nos termos do art. 72, parágrafo único da lei 14.133/21 e art. 8º, § 1º, IV da Lei Nº 12.527/2011, a fim de conferir-lhes validade e eficácia.

Devolvo os autos do Processo Administrativo nº 00000052/2024-CPL/PMSMG a Comissão Permanente de Licitação, para prosseguir com os atos relacionados a ratificação da inexigibilidade de licitação, assinatura do contrato e publicação dos seus extratos no Diário Oficial e designação do fiscal do contrato.

Na oportunidade, recomendo que seja providenciado a publicação resumida da Inexigibilidade de Licitação e do contrato no Portal Transparência, objetivando atender ao disposto no Art. 8º § 1º, IV da Lei nº 12.527/2011, bem como o



envio de documentos mínimos via Mural de Licitações, sempre dentro do prazo previsto em lei, para atender o que dispõe Art. 2º, ANEXO I, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22/2021/TCMPA, de 10 de dezembro de 2021.

Finalizando, declaro que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 6/2024-0016 encontra-se revestido de todas as formalidades legais, apto a gerar despesas para a municipalidade, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução da despesa, após cumpridas as recomendações desta Controladoria.

São Miguel do Guamá, 01 de Abril de 2024.

Análise por:

De acordo:

ALINE SOBRINHO DE MEDEIROS
Assessora Jurídica
OAB/PA Nº 28.267

RAIMUNDO SÁVIO BARROS BATISTA
Controlador Geral do Município
Decreto nº 020/2021